



AQUISIÇÃO / CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS

REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES

Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRETO

PENACOVA, AGOSTO 2017



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 2 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

I. - ÍNDICE

I. -	ÍNDICE.....	2
II. -	CLÁUSULAS GERAIS.....	3
1.	OBJECTO DO PRODECIMENTO	3
2.	CONTRATO	3
3.	OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	3
4.	OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO	4
5.	PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4
6.	RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUIR AO ABRIGO DO CONTRATO	5
7.	TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE	5
8.	RESERVAS E DEVERES.....	5
9.	PREÇO BASE	6
10.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	6
11.	PENALIDADES CONTRATUAIS.....	7
12.	FORÇA MAIOR	7
13.	RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	8
14.	RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	8
15.	FORO COMPETENTE	9
16.	SUBCONTRATAÇÃO E CESSAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
17.	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	9
18.	CONTAGEM DOS PRAZOS.....	9
19.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	9
III. -	CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	9
20.	FASES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	9
21.	COMPONENTES DO PROJETO	11
22.	ÁREA DE INTERVENÇÃO	12
23.	ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DA OBRA A ENTREGAR	112
24.	PROTOCOLO DE ENTREGA.....	112
IV. -	ANEXO I.....	13



II. - CLÁUSULAS GERAIS

1. OBJECTO DO PRODECIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para a elaboração de projeto de execução, sob a denominação **“Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades”**.

2. CONTRATO

2.1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;

2.2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a. - Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b. - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c. - O presente Caderno de Encargos;
- d. - A proposta adjudicada;
- e. - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3 Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

2.4 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos [CCP], anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

3.1 A título acessório o prestador de serviços fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos, incluindo equipamentos mecânicos e informáticos, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

3.2 Serão inteiramente da conta do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução do Projeto, dos estudos, publicações e demais documentação a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial;

3.3 Todas as autorizações, pareceres e informações necessários à instrução do projeto, que impliquem contactos com entidades externas ao Município, deverão ser obtidas nessas entidades diretamente pela equipa projetista, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade de proceder à consulta ou no resultado da mesma. O Município compromete-se apenas, se necessário, a informar essas entidades que o adjudicatário está de facto a solicitar indicações no âmbito da



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 4 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

prestação de serviços;

3.4 Salvo disposições em contrário, correrão por conta do adjudicatário, que se considerará para o efeito o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputável ao mesmo e que não resultem da própria natureza dos trabalhos a realizar, sejam sofridos por terceiros até à aprovação do projeto, em consequência do modo de elaboração deste e da atuação de qualquer dos membros da equipa técnica;

3.5 Para o acompanhamento da execução do contrato, sempre que a entidade adjudicante o julgue imprescindível:

- a. - O prestador de serviços fica obrigado a participar em reuniões de coordenação com os representantes do Município, a convocar eletronicamente com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas;
- b. - O prestador de serviços fica obrigado a executar o trabalho de gabinete inerente à prestação de serviços, em instalações Municipais, no sentido de agilizar procedimentos.

4. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1 O Município proporcionará apoio à equipa técnica, no desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do projeto, nas formas que vierem a ser indicadas no contrato e, genericamente, nas seguintes:

- a. - Permitir ao adjudicatário o acesso aos documentos, dados e estudos e cadastros que disponha e que interessem à elaboração do projeto e, facilitar o contacto com as outras entidades e/ou pessoas que possuam informações relevantes para a prossecução do projeto;
- b. - Promover as solicitações ou diligências que lhe sejam indicadas pela equipa técnica, nomeadamente o pedido de informações, reuniões e audiências, incluindo a nomeação de equipa técnica do Município para acompanhamento do desenvolvimento do projeto.

5. PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1 O adjudicatário obriga-se a concluir as fases da prestação de serviços, do ponto 20.1 da cláusula 20.^a, no prazo máximo de 15 (dias) dias.

5.2 O prazo previsto no número anterior, acrescido de eventuais prorrogações e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, nomeadamente assistência técnica, poderá ser prorrogado por iniciativa do Município ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado e aceite.

5.3 Os pedidos de prorrogação referidos na primeira alínea da presente cláusula deverão ser apresentados até 15 dias antes do termo do prazo cuja prorrogação é solicitada, a não ser que os factos em que se baseiam hajam ocorrido posteriormente.

5.4 Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos, não decorrentes da própria natureza destes últimos nem imputável ao adjudicatário, considerar-se-ão automaticamente prorrogados por períodos iguais ao de suspensão, o prazo global e os prazos parcelares que, dentro do plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957

6. RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO

6.1 No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

6.2 Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

6.3 No caso de a análise do Município, a que se refere a primeira alínea da presente cláusula, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, o Município deve disso informar, por escrito ou meio eletrónico aceite por ambas as partes, o prestador de serviços.

6.4 No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

6.5 Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município procede a nova análise, nos termos da primeira alínea da presente cláusula.

6.6 Caso a análise do Município, a que se refere a primeira alínea da presente cláusula, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município.

6.7 A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos.

7. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

7.1 Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6.6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

7.2 Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

8. RESERVAS E DEVERES

8.1 O órgão municipal competente reserva-se ao direito de anular a adjudicação da presente aquisição de serviços, nos termos do n.º 1, do artigo 79.º, do CCP;

8.2 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica,

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES

comercial ou outra, relativa ao Município, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;

8.3 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;

8.4 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;

8.5 O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

9. PREÇO BASE

9.1 Pela execução da prestação de serviços e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve a entidade adjudicante pagar ao prestador de serviços a quantia total do valor que constar da proposta, o qual não pode exceder o preço base de 7.300,00 € (sete mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

9.2 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Município da respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, conforme faseamento;

10.2 Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, de acordo com a cláusula 21.^a.

10.3 Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;

10.4 Com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos é deduzido o montante correspondente a 10 % desse pagamento.

Pode não ser exigido desconto para garantia, quando o adjudicatário apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 7 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente;

10.5 Os 10% relativos a retenção nos pagamentos serão **reembolsados** ao adjudicatário no prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações inerentes à prestação de serviços, nomeadamente a Assistência Técnica, ou, passados dois anos após a aprovação do projeto de execução, caso a obra não esteja em fase de execução;

10.6 Não podem ser propostas, pelos concorrentes, condições de adiantamento por conta dos serviços a efetuar.

11. PENALIDADES CONTRATUAIS

11.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a. - Pelo incumprimento das tarefas, datas e prazos de entrega dos elementos referentes às obrigações do prestador de serviços, até 1‰ do preço contratual, diariamente, até ao suprimimento do incumprimento.

11.2 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

11.3 Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município deverá levar em conta, nomeadamente, a duração da infração, a eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

11.4 O Município poderá compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

11.5 As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

12. FORÇA MAIOR

12.1 Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

12.2 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

12.3 Não constituem força maior, designadamente:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 8 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

- a. - Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b. - Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. - Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. - Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e. - Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. - Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g. - Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

12.4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

12.5 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13. RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

13.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. - Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a quarenta e cinco dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

13.2 O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

14. RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

14.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a. - Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

14.2 O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula seguinte.

14.3 Nos casos previstos na alínea a) do n.º 14.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 9 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

ao órgão municipal competente, que produz efeitos 45 (quarenta e cinco) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

14.4 A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o Código dos Contratos Públicos.

15. FORO COMPETENTE

15.1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo do círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

16.1 A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

17. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

17.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

17.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.

18. CONTAGEM DOS PRAZOS

18.1 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

19. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos [CCP], aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, bem como a Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e o Código do Procedimento Administrativo e, todas as normas e regulamentos aplicáveis.

III. - CLÁUSULAS ESPECIAIS

20. FASES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

20.1 O adjudicatário deverá desenvolver o Projeto de Execução de Engenharia das Especialidades, conforme previsto no art. 43.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada (C.C.P.) e art. 7.º do Anexo I, da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho, nomeadamente na execução dos seguintes projetos:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 10 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

- i. Projeto de estabilidade;
- ii. Projeto da rede de drenagem das águas residuais;
- iii. Projeto de abastecimento de água;
- iv. Projeto da rede elétrica;
- v. Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
- vi. Projeto de condicionamento acústico;
- vii. Projeto de segurança contra incêndios;
- viii. Projeto de AVAC;
- ix. Projeto de instalações eletromecânicas;
- x. Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- xi. Plano de segurança e saúde em Fase de Projeto.

20.2 O adjudicatário terá a obrigação de garantir a **Assistência Técnica**, quer na Fase de Formação, quer na Fase de Execução do Contrato, conforme previsto no art. 9.º do Anexo I, da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho, bem como equacionar as considerações seguintes.

Fase de formação do contrato:

- i. Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada, nomeadamente no desenvolvimento do projeto de execução;
- ii. Prestação de informações e esclarecimentos solicitados aos interessados, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto, por hipótese considerados erros e/ou omissões. Estando o projetista vinculado aos prazos que o dono de obra vier a estipular para a fase de formação do contrato da empreitada;

Fase de execução do contrato:

- i. Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
- ii. Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

20.3 A assistência técnica não abrange a direção técnica, a administração, a coordenação da segurança, a organização da compilação técnica em matéria de segurança e saúde e a fiscalização da obra, nem a adaptação dos projetos às

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. - REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 11 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

condições reais das empreitadas não previsíveis;

20.4 Excetuando o Projeto de Execução e a Assistência Técnica, admite-se a possibilidade de algumas das restantes fases do projeto poderem vir a ser suprimidas na sua apresentação formal, mediante proposta fundamentada do adjudicatário e aprovação do Município, porém:

- a. - As fases elaboradas e apresentadas deverão incluir todas as informações e dados obtidos, das fases suprimidas, bem como os trabalhos e estudos correspondentes a essas fases;
- b. - Deverá ser apresentada, pelo menos, uma fase intermédia intercalar, desenvolvida a nível de Projeto de Licenciamento, que permita consultar, para efeitos de emissão de parecer prévio, as entidades oficiais com as competências específicas sobre o projeto e/ou sobre as obras projetadas, por forma a serem definidas e acertados os critérios de conceção, projeto e, eventualmente, de dimensionamento a adotar no Projeto de Execução.

21. COMPONENTES DO PROJETO

Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho

O Projeto de Execução de Arquitetura encontra-se concluído, pelo que se anexa ao presente Caderno de Encargos (ver Anexo I).

CP I. - No cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente o disposto na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho, o Projeto de Execução das Engenharias de Especialidades deverá cumprir com o seguinte programa de projetos, que se enumeram:

- i. Projeto de estabilidade;
- ii. Projeto da rede de drenagem das águas residuais;
- iii. Projeto de abastecimento de água;
- iv. Projeto da rede elétrica;
- v. Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
- vi. Projeto de condicionamento acústico;
- vii. Projeto de segurança contra incêndios;
- viii. Projeto de AVAC;
- ix. Projeto de instalações eletromecânicas;
- x. Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- xi. Plano de segurança e saúde em Fase de Projeto.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Câmara Municipal de Penacova

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 12 | 13

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

CP II. – O Projeto de Execução de Engenharias das Especialidades deverá ainda ser acompanhado, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicável, os seguintes elementos:

- i. Pareceres favoráveis dos projetos, por parte das respetivas entidades, em caso de aplicabilidade;
- ii. Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, tal como previstos no art. 350.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada (C.C.P.);
- iii. Uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e dos respetivos mapa de quantidades e orçamentos;
- iv. Termos de responsabilidade subscritos pelos técnicos autores dos projetos, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- v. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos autores dos projetos, nos termos da Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho.

22. ÁREA DE INTERVENÇÃO

22.1 A área de intervenção está identificada nas plantas que se anexam (ver Anexo I – Projeto de Execução de Arquitetura).

23. ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DA OBRA A ENTREGAR

23.1 Conforme instruções para a elaboração dos projetos de obras definidas no Anexo I da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho, para as diferentes fases, e no cumprimento do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, nomeadamente com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho, em especial do art.º 43 – Elementos da Solução da Obra, no que se refere aos elementos que devem acompanhar o projeto e que se consideram parte integrante do mesmo, ou, os fundamentos da sua dispensabilidade.

24. PROTOCOLO DE ENTREGA

24.1 A entrega de quaisquer elementos de projeto deve ser acompanhada de documento com identificação da entidade, prestação de serviços e fase a que se refere, incluindo resumo de todos os elementos anexos, em papel ou formato digital, subscrita pelo representante do prestador de serviços e coordenador do projeto, em triplicado.

24.2 O prestador de serviços fica obrigado a fornecer em suporte informático o formato editável de todos os elementos necessários à boa interpretação e execução do projeto, peças desenhadas ou escritas, sempre que solicitado pelo Município.

Penacova, Agosto de 2017



Câmara Municipal de Penacova

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

CADERNO DE ENCARGOS

páginas 13 | 13

IV. - ANEXO I

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO

A./C. E. – REABILITAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO / PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ENGENHARIAS DAS ESPECIALIDADES



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Declaração de acordo com o n.º1 do artigo 49.º do OE 2017

Aquisição de Serviços de Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades”

Exmo. Senhor Presidente para dar cumprimento do n.º 1 do artigo 49.º do OE 2017 informa-se que:

		2017				2016	
		Dotação	Cabimento	Compromisso	Pago	Comprometido à data	Pago
01.01.07	Tarefas e Avenças	67 846,47	64 762,85	64 762,85	36 484,35	0,00	0,00
01.03.09.01	Seguro acidentes trabalho	20 400,00	20 022,83	20 022,83	14 006,07	18 787,99	17 152,26
02.02	Aquisição Serviços	3 272 587,69	3 089 554,26	3 042 709,22	2 058 654,41	2 978 893,95	3 077 480,43
Total		3 360 834,16	3 174 339,94	3 127 494,90	2 109 144,83	2 997 681,94	3 094 632,69

DAF

Penacova, 29 de setembro de 2017

Declaração do Presidente da Câmara

No seguimento da informação dos serviços, à presente data, declara-se que se encontra cumprido o n.º 1 do citado artigo

O Presidente da Câmara

Penacova, 29 de setembro de 2017